Parceria

Sistema beneficia comercialização de produtos florestais comunitários

Ideia é proporcionar alternativas de mercado e facilitar o acesso de empresas, instituições e consumidores aos produtos florestais comunitários

O Departamento de Ciências Florestais (LCF) da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq/USP) em parceria com o Departamento de Engenharia da Computação da Escola Politécnica da USP desenvolveu projeto que oferece sistema online para beneficiar o comércio de produtos florestais comunitários. Financiado pelo Fundo de Cultura e Extensão da USP e elaborado pelos professores Pedro Corrêa (Poli/USP) e Adriana Nolasco, e Edson Vidal do LCF, o projeto contempla plataforma virtual para compra e venda de produtos florestais comunitários que deve começar a ser testado a partir deste mês, em dois municípios da Amazônia - Manacapuru e São Sebastião Uatumã.

Adriana Nolasco, uma das coordenadoras, diz que a ideia é proporcionar alternativas de mercado e facilitar o acesso de empresas, instituições e consumidores aos produtos florestais comunitários. "O portal de negócios poderá colocar em contato direto produtores e compradores de produtos provenientes do manejo florestal comunitário e familiar, como diferentes espécies de madeira e inúmeros produtos florestais não madeireiros. Além disso, oferecerá acesso aos serviços bancários e de pagamentos, a informações sobre variação de preços e produtos, site das comunidades, entre outros", afirma.

Recentemente, o projeto foi apresentado no evento Grande Encontro Parintins em Defesa das Florestas, dos Povos e da Produção Sustentável, nos dias 15 e 16 de abril, no município de Parintins (AM). O evento contou com 700 pessoas entre líderes comunitários da Amazônia, técnicos e pesquisadores da área florestal, representantes dos governos estaduais, municipais e federal, inclusive a ministra do Meio Ambiente. "Foi um espaço fundamental para divulgação do projeto e para coleta de dados sobre produção e comercialização de produtos florestais comunitários", ressalta Adriana Nolasco.

O mais importante do projeto é que o portal de negócios não cobrará pela intermediação e permitirá que os pagamentos sejam feitos diretamente aos fornecedores. Esse mesmo modelo já funciona na Índia e em países da África, com apoio das Nações Unidas. "Para a efetiva implementação do portal é fundamental a agilização da infraestrutura de comunicação via internet que vem sendo disponibilizada por programas governamentais e não-governamentais de inclusão digital como o Programa Nacional à Inclusão Digital, Telecentros. BR e o Projeto Territórios Digitais concebido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e implementado na forma de Casas Digitais", conclui.